



**FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE PRAÇAS DOS CORPOS DE BOMBEIROS
MILITARES E DAS POLÍCIAS MILITARES DO BRASIL - FONAP
DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL PROVISÓRIA - DENAP
CNPJ 23.234.774/0001-82**



OFÍCIO Nº 010/2021 – FONAP/Presidência Brasília-DF, 18 de outubro de 2021.

À sua Excelência

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

Praça do Buriti, Zona Cívico-Administrativa, Brasília - Distrito Federal

CEP: 70075-900

Excelentíssimo Senhor Governador,

O Fórum Nacional Permanente de Praças dos Corpos de Bombeiros Militares e das Polícias Militares do Brasil - FONAP, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 5º, II, e o art. 46, IV, do seu Estatuto, vem à presença de Vossa Excelência apresentar sugestão legislativa (minuta de Medida Provisória), como forma de contribuição deste Fórum.

A anexa minuta de Medida Provisória, acompanhada de sugestão de Minuta de Mensagem, objetiva o aperfeiçoamento de legislação federal, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Presidente da República por imperativo constitucional, conforme os artigos 21, XIV, e 62, da CF/1988, mas de sugestão do Excelentíssimo Senhor Governador do DF, gestor das Corporações militares do Distrito Federal por força do art. 42 e 144, § 6º, da CF/1988.

Vale destacar que não há óbice para o seguimento das alterações legislativas contidas na Minuta de MP, visto que estão em consonância com a [Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020](#), bem como com as recentes mudanças inseridas na Constituição Federal pela [Emenda Constitucional nº 109, de 2021](#), resultado da PEC 186, de 2019, considerando que não acarreta aumento de despesa.

Ademais, a proposição está consignada, de forma sucinta, na exata medida dos compromissos firmados pelo Governador do Distrito Federal, ainda em 2018, quanto à criação de um Plano de carreira fundamentado em dois objetivos específicos, quais sejam, a definição de interstícios e a promoção independente de vagas, conforme suas palavras em rede de televisão, a seguir transcritas: *“Em relação à Polícia Militar, eu tenho um compromisso firmado com os policiais militares de criar um plano de carreira com interstício definido, de modo que todos eles tenham, independente de vagas, ascensão na carreira, isso é compromisso de*

governo em favor da sociedade (...)". Obs.: Contempla, nessas palavras, os bombeiros militares, considerando tratar-se de direito previsto na mesma lei.

Ademais, importante destacar que o texto referente à "promoção independente de vagas" contida na minuta de Medida Provisória, em anexo, resulta do trabalho de uma Comissão conjunta designada pelo CBMDF e pela PMDF em 2014, objeto do Processo nº 0428.000264/2014, consolidado pelas Corporações e encaminhado ao Governo do Distrito Federal, à época.

Assim, com base no acima expendido, e em atenção ao compromisso feito por Vossa Excelência, este que se amolda à demanda legítima e reiterada dos bombeiros e policiais militares do Distrito Federal, os quais ressentem de ajustes na legislação que versa acerca de suas carreiras, face à atual estagnação, apresentamos, com o intento de colaboração, a presente sugestão.

Certo de contar com o atendimento à solicitação, colocamo-nos à disposição nos seguintes telefones: FONAP: (61) 98190-9193; Renilson Roma (Presidente): (61) 99115-8000; Geraldo Alves (Vice-Presidente): (61) 98244-1928.

Atenciosamente,

RENILSON SANTOS DE ROMA

Presidente do FONAP

GERALDO BATISTA ALVES DE SOUSA

Vice-Presidente do FONAP

(MINUTA)

EM nº /2021

Brasília, de de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória, que tem por finalidade alterar dispositivos da Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986, e da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, as quais dispõem sobre os militares do Distrito Federal.

2. O artigo 1º da presente sugestão de Medida Provisória objetiva, dada a similitude de regramentos, a adequação do Estatuto do CBMDF quanto ao disposto no Estatuto da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

3. Propõe-se, dessa forma, a alteração do art. 11 da Lei nº 7.479/1986 em relação ao limite etário para ingresso nos Quadros de oficiais do CBMDF pelos seus integrantes das Qualificações de praças, como já prevê o Estatuto da PMDF, Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, também no seu art. 11.

4. Os artigos 2º, 3º, 4º e 5º da presente minuta de proposição tratam do aprimoramento de alguns dispositivos da Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, matéria que ressurte de harmonização quanto às questões relacionadas aos militares do Distrito Federal, enquanto o artigo 6º versa sobre a cláusula de revogação e o artigo 7º sobre a cláusula de vigência.

5. Ainda sobre os artigos 3º e 4º da proposta, que tratam da distribuição do efetivo pelo Poder Executivo, via decreto, importante especificar que medida similar já é adotada pelo Exército Brasileiro há mais de 3 décadas, com amparo na [Lei nº 7.150, de 1º de dezembro de 1983](#) e na [Lei nº 8.071, 17 de julho de 1990](#), sendo que a última regulamentação dessas normas versando sobre a distribuição do efetivo daquela Corporação se deu por meio do [Decreto nº 10.575, de 14 de dezembro de 2020](#).

6. Vale destacar, ainda, que a presente proposta de MP está em consonância com o inciso XIV, art. 21, da Constituição Federal, ao estabelecer que compete à União "*organizar e manter a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem*

como, prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio".

7. Neste sentido, está a cargo do Poder Executivo, gestor das Corporações, o encaminhamento dos atos legais relativos à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, conforme preceitua o art. 42 e 144, § 6º, da CF/1988.

8. Além disso, a sugestão legislativa está de acordo ao que dispõe o art. 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

9. Por outro lado, cabe pontuar que esta proposição atende a exigência da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que traz como vedação, *alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa*¹, até 31 de dezembro de 2021, considerando que esta proposição não acarreta ônus.

10. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente,

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

¹ Art. 8º Na hipótese de que trata o [art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;

II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

III - alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

(MINUTA)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2021

Altera a Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986, e a Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º O artigo 11 do Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pela [Lei nº 7.479, de 2 de junho de 1986](#), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11.

.....

§ 5º O limite máximo de idade disposto no § 1º deste artigo não se aplica aos bombeiros militares da ativa da Corporação." (NR)

Art. 2º O art. 2º, o art. 19, o art. 65, o art. 71, o art. 102 e o Anexo III da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal é de 18.673 (dezoito mil e seiscentos e setenta e três) policiais militares distribuídos em Quadros, postos e graduações.

....." (NR)

"Art. 19.

.....

Parágrafo único. As vagas abertas para as promoções de Praças PM serão apuradas de acordo com a totalidade das vagas abertas no agrupamento das graduações, dentro de cada QPPM, conforme a regulamentação de que trata o art. 3º- A desta lei, sendo todas as vagas consideradas abertas na graduação de Subtenente, acarretando o mesmo número de vagas em todos os graus hierárquicos inferiores." (NR)

"Art. 65. O efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal é fixado em 9.703 (nove mil setecentos e três) bombeiros militares de Carreira, distribuídos nos quadros, qualificações, postos e graduações.

....." (NR)

"Art. 71.

.....

§ 3º Os cursos iniciais de que trata o inciso I do caput são apenas os referidos nas alíneas a, b e h do inciso I do art. 86 desta lei." (NR)

"Art. 102.

.....

§ 6º As vagas abertas para as promoções de Praças BM serão apuradas de acordo com a totalidade das vagas abertas no agrupamento das graduações, dentro de cada QBMG, conforme a regulamentação de que trata o art. 66-A desta lei, sendo todas as vagas consideradas abertas na graduação de Subtenente, acarretando o mesmo número de vagas em todos os graus hierárquicos inferiores." (NR)

"ANEXO III

LIMITE DE INGRESSO ANUAL DE BOMBEIROS MILITARES

QUADROS	QUANTITATIVO
Oficiais Combatentes	46
Oficiais Médicos	20
Oficiais Cirurgiões-Dentistas	6
Oficiais Complementares	20
Oficiais Capelães	2
Geral de Praças	620

" (NR)

Art. 3º Acrescenta-se os artigos 3º-A e 66-A à [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), com a seguinte redação:

"Art. 3º-A Respeitado o efetivo estabelecido nesta lei, a distribuição do efetivo e as promoções dos policiais militares praças da ativa, de Soldado de 1ª Classe até a graduação de Subtenente da Polícia Militar do Distrito Federal, serão efetivadas com referência nas vagas fixadas para o agrupamento dessas graduações em cada Quadro, bem como o interstício de cada graduação, conforme ato do Governador do Distrito Federal.

Parágrafo único. Para o Quadro de Praças Policiais Militares Combatentes - QPPMC, e o Quadro de Praças Policiais Militares Especialistas - QPPME, não poderá:

I – o somatório dos interstícios superar a 16 anos;

II – o interstício do grau hierárquico superior ser maior que o antecedente."

(AC)

"Art. 66-A. Respeitado o efetivo estabelecido nesta lei, a distribuição do efetivo e as promoções dos bombeiros militares praças da ativa, de Soldado de 1ª Classe até a graduação de Subtenente do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, serão efetivadas com referência nas vagas fixadas para o agrupamento dessas graduações em cada Qualificação, bem como o interstício de cada graduação, conforme ato do Governador do Distrito Federal.

Parágrafo único. Para o Quadro Geral de Praças não poderá:

I – o somatório dos interstícios superar a 16 anos;

II – o interstício do grau hierárquico superior ser maior que o antecedente."

(AC)

Art. 4º Enquanto não for editado o ato de que trata o art. 3º-A e o art. 66-A da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), permanecem vigentes as redações do art. 19 e do art. 102, e as alíneas "g" e "h" do anexo I, a alínea "f" do anexo II e a alínea "b" do anexo IV da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#).

Parágrafo único. A regulamentação de que trata o *caput* deste artigo será editada no prazo de até 30 dias, a contar de 1º de janeiro de 2022.

Art. 5º As regras para a promoção ao posto de Segundo-Tenente do QOPMA, QOPME e QOPMM, para os policiais militares, e ao posto de QOBM/Intd, QOBM/Cond, QOBM/Mús e QOBM/Mnt, para os bombeiros militares, obedecidas as regras de processamento das promoções da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#), serão reguladas por ato do Governador do Distrito Federal no prazo de até 30 dias, a contar da publicação desta Medida Provisória.

§ 1º O policial militar deverá pertencer ao QPPMC para a promoção ao QOPMA, e pertencer ao QPPME para a promoção ao QOPME ou para o QOPMM, correspondentes.

§ 2º O bombeiro militar deverá pertencer a determinada QBMG para a promoção ao respectivo Quadro de Oficial correspondente:

I - Qualificação Bombeiro Militar Geral Operacional - QBMG-1 para o QOBM/Intd;

II - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Condutor e Operador de Viaturas - QBMG-2 para o QOBM/Cond;

III - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Manutenção - QBMG-3 para o QOBM/Mnt;
ou

IV - Qualificação Bombeiro Militar Geral de Músico - QBMG-4 para o QOBM/Mús.

§ 3º Enquanto não for editado o ato de que trata o *caput* deste artigo, permanecem vigentes os incisos IV, V e VI do art. 31, o art. 32, o art. 33, o art. 79 e o art. 83 da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#).

Art. 6º Ficam revogados os incisos IV, V e VI do art. 31, o art. 32, o art. 33, o art. 79, o art. 83, as alíneas "g" e "h" do anexo I, a alínea "f" do anexo II, e a alínea "b" do anexo IV da [Lei nº 12.086, de 06 de novembro de 2009](#).

Art. 7º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República